

Carta aberta da APROPUC a Dom Cláudio Hummes

A reunião de professores da PUC\SP, de 7\04, decidiu que escrevêssemos uma carta aberta pedindo-lhe que reconheça a sentença do Tribunal Regional do Trabalho de reintegração dos demitidos. E que se faça o mesmo com os funcionários, revendo as demissões que os atingiram com a mesma ou até mais contundência que os professores.

A decisão unânime de dez juizes evidenciou a gravidade das demissões em massa. Foram avaliados não só aspectos jurídicos, mas também sociais, provenientes da eliminação de postos de trabalho.

Sabemos que a Fundação São Paulo vai recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho, com o argumento de que as demissões são a solução para o endividamento da PUC com os bancos. É por isso que viemos até o Sr. exortar-lhe que aceite a decisão do Tribunal do Trabalho de São Paulo e permita que a comunidade universitária retome a condução da crise.

Se a situação já era difícil e profundamente conflituosa sob a gestão da Reitoria eleita, com a intervenção da Fundação São Paulo chegamos a um indescritível dilaceramento das relações sociais, em seus múltiplos aspectos, e jamais vivido por professores, funcionários e estudantes. As demissões em massa colocam a PUC no rol das empresas que demitem trabalhadores para se ajustar ao mercado, resolver seus passivos ou obter lucratividade.

A Fundação se negou a discutir com professores e funcionários outras saídas que não fossem as demissões. Temos na memória - como se marcada a fogo - a carta do Sr. exigindo que a Reitora Maura Veras passasse a demitir sem demora e que não perdesse tempo com negociações trabalhistas. Ao ser lida no Conselho Universitário, houve estarecimento. A sombra da intervenção se mostrava real. Vimos que a PUC passaria a viver a tragédia das demissões.

Há pior agravo ao trabalhador que perder o emprego? Que chaga trabalhista pode ser maior?

Mesmo contrariando as posições da diretoria da Apropuc, que é contrária a medidas de flexibilização do trabalho, tão em voga atualmente, os professores em assembléias propuseram uma solução negociada, que evitasse as demissões. Frente a essa decisão, a Reitoria, em presença dos docentes, transmitiu a mensagem de que não poderia evitar o curso das demissões. Estava claro que essa era a posição da Fundação e essa era a exigência dos bancos credores, Real e Bradesco.

Vivemos momentos terríveis com os cortes promovidos pela Reitoria e pelo Conselho Universitário, com apoio dos departamentos. E o que ocorreu depois de centenas de demissões e outras medidas de enxugamento? A Fundação considerou-as insuficientes. Veio a intervenção definitiva, e com ela mais de duas centenas de demitidos. Desta vez, afastando a Reitoria eleita de suas atribuições, violando os Estatutos da universidade, desconsiderando os órgãos colegiados e adiando a data do início das aulas.

Em lugar do reinício das atividades letivas, em fevereiro, lá estava a PUC vazia de alunos e em seus corredores agitavam-se professores surpreendidos pela má notícia.

No início de março, os estudantes, por meio de assembléias e manifestações, se solidarizaram com os docentes e funcionários demitidos. Pediram o fim da intervenção e reintegração dos demitidos, e abriram a discussão sobre as soluções progressivas para a crise da PUC. A greve foi parcial, mas mostrou o descontentamento da comunidade consciente de que a PUC não deve seguir o caminho da mercantilização do ensino e da destruição de conquistas educacionais e democráticas.

Mas não tivemos apenas um movimento interno. De várias partes do País, recebemos cartas, abaixo-assinados e moções - tudo publicado no jornal PUCViva da Apropuc. Não nos faltou apoio, inclusive, de instituições de outros países. Os jornais da grande imprensa deram importante publicidade, mostrando a gravidade da intervenção e das demissões. Os professores da PUC organizaram um abaixo-assinado - MANIFESTO EM DEFESA DA PUC-SP - que obteve a adesão de centenas de professores, intelectuais, políticos e profissionais de diversas áreas. Fomos à presença do Sr. para entregá-lo, representando o movimento de professores, funcionários e estudantes.

Agora, viemos com o mesmo objetivo, mas tendo a nosso favor a decisão da Justiça do Trabalho. A causa foi-nos dada. Entendemos que a reintegração dos professores significa mais do que reparar uma injustiça contra quem trabalha; significa defender o ensino contra as tendências mercantis e de desintegração da universidade.

Esperamos que o Sr. compreenda a seriedade de nosso propósito, aceite nossos argumentos de defesa do ensino e reconheça a decisão da Justiça do Trabalho.

São Paulo, 7 de abril de 2006

Associação de Professores da PUC\SP - APROPUC